

## RESENHA

## DIREITOS HUMANOS NO BRASIL 2020

Thiago José Silva<sup>1</sup>**Submetido em:** 23/02/2021**Avaliado em:** 08/04/2021**Aprovado em:** 08/04/2021

Publicado anualmente desde 2000, o Relatório dos Direitos Humanos no Brasil, publicado pela editora Outras Expressões traz um panorama com informações contextualizadas para a defesa dos direitos humanos no país, destacando importantes análises de organizações sociais nos temas como gênero, raça, educação, saúde, trabalho, alimentação, meio ambiente, dentre outros assuntos.

No dia 11 de março de 2020, a OMS anunciou um surto causado pela covid-19, vírus de fácil contágio transmitido pelas secreções ou gotículas respiratórias. As medidas contra a proliferação do vírus geraram impactos sociais, culturais, econômicos e políticos, atenuando diversos tipos de desigualdades sociais, raciais e sexistas. Dividido em 36 artigos, ao longo de 318 páginas, autores discorrem sobre diversos temas e impactos causados no ano de 2020 no que se diz respeito aos direitos humanos no Brasil.

Em tempos de pandemia se torna essencial refletir sobre a origem do vírus, encontrando respostas no desequilíbrio ambiental. O modelo de sociedade vigente tende a liberar muitas pandemias, produzir vírus e a aumentar as desigualdades de classes. Os primeiros artigos buscam analisar a crise ecológica que vem suscitando mudanças significativas nas condições de vida no planeta, tendo em vista o processo de urbanização, principal colaborador de exploração da natureza e devastação de territórios indígenas e quilombolas, submetidos a violência e o genocídio cultural por parte de grandes empresas agropecuárias.

A expansão do agronegócio também resulta na degradação da biodiversidade, causando efeitos na crise climática, contaminação do solo e das fontes de água, além de comprometer os alimentos em cultivo. Outro problema do agronegócio é o descarte de lixo tóxico em locais inapropriados. Além disso, as condições degradantes de trabalho colocam a vida de trabalhadores em risco, com jornada exaustiva, trabalho forçado e servidão por dívida, existindo empresas que vêm sendo denunciadas por se utilizarem de trabalho escravo. Apesar da crise ambiental e social, o governo continua aprovando o uso do agrotóxico.

Mesmo com os impactos da pandemia, a violência urbana continua em crescente, favelas e periferias são retratos do descumprimento de deveres por parte do Estado em garantir direitos e segmentos à população. As crises financeiras e sanitárias servem de impação para agravar vulnerabilidades e violências de sujeitos em específico, essas pessoas, em maioria sendo negros, pobres, domiciliado de favelas, periferias e ruas, mulheres, crianças e LGBTQI+, que sofrem com a falta de políticas públicas, que em sua maioria, demonstram fragilidades diante da pandemia.

O olhar atento para a situação das mulheres é indispensável. Suas casas, durante a quarentena, se tornaram ambiente de tensão, instabilidade e violência, propício para exacerbar o patriarcado e a hierarquia de poder advinda da sociedade e do “cárcere privado” com seus agressores. Conclusão: em nível nacional houve um expressivo aumento de 40% de denúncias recebidas no canal 180 em abril; 8,4% delas sofreram algum tipo de violência no período de isolamento. Os casos de feminicídios cresceram para 22%, segundo a nota ‘Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19’ publicada em maio deste ano pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É nesse cenário de violência que se insere a população LGBTQI+, além da falta de direitos e políticas públi-

<sup>1</sup> Graduando em Pedagogia na Universidade Guarulhos; bolsista PIBIC –Grupo SER; orientando da Profa, Dra. Silvia Piedade de Moraes; integrante do Grupo de Pesquisa sobre Violação de Direitos Humanos na escola. Correio eletrônico: thiagojs071@gmail.com



cas, o ambiente doméstico não se apresenta como um local seguro, forçando o convívio com familiares potencialmente homofóbicos e transfóbicos. Dentre os maiores impactos da pandemia para a população LGBTQI+ a saúde mental representa a questão central. A dificuldade dessa parcela da população em acesso aos serviços de saúde demonstra a fonte de desigualdade, a discriminação e falta de compreensão de profissionais de saúde tem como consequência a relutância de pessoas LGBTQI+ em procurar atendimento médico, além disso existe um agravante ao acesso de medicamentos específicos para esse público.

Um dos principais desafios e descasos diante da pandemia é a educação de crianças, jovens e adultos, que se moveu para a vida privada e o espaço familiar. A educação a distância evidencia as desigualdades, levando em consideração que apenas a minoria tem condições que permitam realizar esse ensino com sucesso. Os impactos educacionais têm consequência na saúde dos estudantes com o aumento de casos de depressão e suicídios com um ambiente virtual sobrecarregado de desinformação, conteúdos falsos e incitação ao ódio. O fechamento das escolas também implica na descontinuidade do processo educacional e a falta de merenda, principal refeição do dia para muitas crianças.

As eleições presidenciais de 2018 suprimiram muitas políticas existentes para a promoção da igualdade racial. O racismo estrutural evidente em nosso país é uma violência responsável por milhares de adoecimentos e mortes em nosso país e durante a pandemia da Covid-19 a desigualdade ficou ainda mais acentuada. Mesmo com o ministério da saúde tentando manipular os dados por raça/cor incompletos em seus boletins epidemiológicos, é possível constatar que, até a terceira semana de julho, gestantes negras representam 48% dos casos de Covid-19, enquanto as brancas representavam 24,2%. Os casos de infecção também têm predominância entre jovens e crianças negras, com 55,3% e 59,5% dos infectados. Isso é o resultado de séculos de discriminação e falta de políticas públicas, negação e violação dos direitos humanos fundamentais à população negra.

O que tem ficado evidente diante da pandemia é como um sistema econômico e excludente tem sido um grande potencializador das desigualdades, impactando severamente as populações mais vulneráveis. Uma pesquisa feita pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) comprovou que as principais vítimas de mortes por covid-19 estão entre as pessoas negras e pobres, que continuaram trabalhando mesmo diante da quarentena estabelecida pelos governos estaduais e municipais. O Sistema Único de Saúde (SUS) mostrou-se importante, garantindo a vida para milhares de pessoas, não obstante, face a face com a precariedade e superlotação dos leitos de UTI e internação, o atendimento desigual para certos grupos populacionais e regiões, evidenciou a fragilidade do direito à saúde prevista na Constituição Federal.

O que os autores suscitam é a importância de ouvir as principais vítimas dos crimes contra a humanidade que estão sendo cometidos, manifestando e denunciando as constantes violações dos direitos humanos. O livro Direitos Humanos no Brasil 2020, nos convida a reconhecer as principais falhas em nosso país, com o princípio de conscientizar e promover a solidariedade, para construir uma sociedade justa e democrática.